

A INOVAÇÃO COMO APOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL DO LITORAL CENTRO DE PORTUGAL

Helena Albuquerque ⁽¹⁾, Filomena Martins ⁽²⁾

Departamento de Ambiente e Ordenamento – Universidade de Aveiro

⁽¹⁾ E-mail: helena.albuquerque@csjp.ua.pt

⁽²⁾ E-mail: filo@dao.ua.pt

Resumo

O turismo costeiro é a actividade turística mais relevante em Portugal. Este facto deve-se essencialmente à extensa e diversificada linha de costa e à amenidade do clima do nosso país. No entanto, o turismo que se tem vindo a praticar nas áreas costeiras portuguesas não responde às questões da sustentabilidade que cada vez mais estão na base da competitividade dos destinos turísticos.

A garantia de sustentabilidade e a atracção pelo novo e pelo diferente são factores essenciais à capacidade de atracção e competitividade de um determinado território. O sector turístico não foge à regra. Como tal é necessário inverter o modelo massificado que caracteriza o turismo costeiro e inovar nas formas e nos modelos propostos.

O Centro Litoral de Portugal é uma região com fortes potencialidades turísticas, mas que se encontram subaproveitadas ou incorrectamente geridas. Nota-se, cada vez mais, uma quebra significativa da procura pela falta de qualidade que é oferecida aos turistas. Para tornar estas áreas atractivas é urgente torná-las inovadoras, apostando nas suas singularidades e oferecendo o que os outros não conseguem oferecer, através da exploração sustentável dos recursos endógenos.

Pretendemos com este trabalho compreender de que forma o conceito de regiões inovadoras pode potenciar o desenvolvimento do turismo sustentável no Litoral Centro de Portugal.

Palavras-chave: Áreas Costeiras, Gestão Integrada Costeira, Inovação, Turismo Sustentável

O TURISMO SUSTENTÁVEL

O turismo é visto como um factor de desenvolvimento económico e como contributo para a consolidação do processo de integração económica dos países europeus, através da criação de elos entre regiões e países “*com as suas próprias variedades de sistemas, línguas, tradições, culturas e patrimónios*” (Albuquerque & Godinho, 2001).

Esta actividade é influenciada por dois tipos de factores, os físicos e os humanos. Em termos de factores físicos podemos considerar a qualidade ambiental de uma determinada região bem como a estabilidade dos ecossistemas (Coelho, C. et. al., 1991). Quanto aos factores humanos podemos incluir a riqueza cultural, a evolução histórica do uso do solo, os padrões de gestão dos recursos e a sua localização. Todos estes factores influenciam a procura turística numa determinada área, pelo que é necessário ter em conta a preservação dos ecossistemas, bem como a gestão dos recursos, nomeadamente em termos de capacidade de carga. A procura excessiva de determinados locais pode conduzir a danos ambientais, o que pode levar a uma perda dos benefícios normalmente trazidos pelo turismo (Coelho, C. et. al., 1991).

É importante que os destinos turísticos mais desenvolvidos tenham em conta a cada vez maior concorrência. Este facto leva a uma necessidade de aumentar a qualidade do turismo, diversificando os produtos e os mercados-alvo. Por outro lado, os novos destinos devem “*encontrar os seus nichos neste mercado competitivo*” (Albuquerque & Godinho, 2001), evitar cometer os erros dos outros destinos, nomeadamente o esgotamento dos recursos, o que significa que se deve dar importância ao turismo sustentável.

A importância do turismo sustentável foi declarada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), quando, em 2003, definiu os seus princípios, como sendo (OMT, 2003):

- “*os recursos naturais, históricos, culturais e outros voltados ao turismo são conservados para que continuem a ser utilizados no futuro, sem deixar de trazer benefícios para a sociedade actual;*
- *O desenvolvimento turístico é planeado e gerenciado de modo a não gerar sérios problemas ambientais ou socioculturais para a área turística;*

- *A qualidade ambiental geral da área turística é mantida e melhorada onde necessário;*
- *Um alto nível de satisfação dos turistas é mantido para que os destinos turísticos conservem o seu valor de mercado e a sua popularidade;*
- *Os benefícios do turismo são amplamente estendidos a toda a sociedade”*

De acordo com estes princípios, é evidente o encadeamento que existe entre o conceito de desenvolvimento sustentável e o turismo. É indiscutível a preocupação da conservação dos recursos, uma vez que o sector do turismo vive destes mesmos recursos. É o património, ambiental e histórico-cultural, que atrai os turistas às regiões, e como tal, estes recursos devem ser preservados para que o próprio turismo possa ter futuro e para que os turistas continuem a usufruir da qualidade que procuram. Desta forma, há uma preocupação com a manutenção da qualidade ambiental, mas também uma preocupação com os próprios turistas. No entanto, é essencial não esquecer que além dos próprios turistas também é necessário ter em conta a população local que deve usufruir dos benefícios socio-económicos gerados pelo sector do turismo. A OMT considera ainda importante que se mantenha o nível de popularidade dos destinos turísticos, apostando na sua requalificação periódica e no marketing territorial, de forma a manter o destino atractivo.

INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE DO TURISMO EM PORTUGAL

A Inovação é considerada como *“um processo colectivo, cumulativo, dinâmico e interactivo onde o conhecimento e a organização do território assumem um papel essencial para o seu desenvolvimento”* (Oliveira, 2004).

O XVII Governo Constitucional Português elaborou um plano de acção que visa o desenvolvimento sustentado do território. Esse plano é o designado Plano Tecnológico, que *“pretende levar à prática um conjunto articulado de políticas que visam estimular a criação, difusão, absorção e uso do conhecimento, como alavanca para transformar Portugal numa economia dinâmica e capaz de se afirmar na economia global”* (Plano Tecnológico, 2005).

O Plano Tecnológico apresenta-se estruturado em 3 eixos de acção (Plano Tecnológico, 2005):

- “Conhecimento – qualificar os portugueses para a sociedade do conhecimento
- Tecnologia – vencer o atraso científico e tecnológico
- Inovação – imprimir um novo impulso à inovação”.

Esta estruturação permite verificar que o Governo pretende apostar fortemente na melhoria da competitividade do nosso território, através destes 3 eixos de acção, dando um forte apelo à inovação. Sendo o turismo considerado como um sector estratégico para Portugal, é necessário que se torne inovador e competitivo, demonstrando as diversas potencialidades do nosso território.

O conceito de inovação não se pode dissociar do conceito de competitividade territorial. A competitividade dos territórios está, então, relacionada com as suas próprias singularidades: *“a sua especificidade histórica, transformada ao longo dos tempos como vantagem decisiva num espaço concorrencial da aldeia planetária”* (De Bernady, 2000, in Oliveira, 2004, p. 43).

Como é referido no documento “A competitividade territorial – conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER”, de 1999, *“um território torna-se competitivo sempre que possa fazer face à concorrência de um mercado, assegurando ao mesmo tempo uma durabilidade ambiental, económica, social e cultural baseada em lógicas de rede e de articulação interterritorial. Por outras palavras, a competitividade territorial supõe: ter em conta os recursos do território na procura de uma coerência de conjunto; a implicação dos actores e das instituições; a integração dos sectores de actividade numa lógica de inovação; a cooperação com os outros territórios e a articulação com as políticas regionais, nacionais, europeias e o contexto global”*.

Reconhecendo a importância do sector do turismo na economia portuguesa, o mesmo governo aprovou e publicou a Resolução de Conselho de Ministros 53/2007, de 4 de Abril, que define os objectivos e principais linhas do Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT). Este plano refere que *“o turismo é um sector estratégico prioritário para o país e deve dar um contributo significativo, nomeadamente através de receitas*

externas, para a cobertura do défice da nossa balança comercial e para o combate ao desemprego. Por outro lado, o turismo pode ter um contributo positivo para reforçar a imagem externa de Portugal para a valorização do património cultural e natural do país. Contribui assim para a melhoria da qualidade de vida dos Portugueses e para a promoção da coesão territorial e identidade nacional enquanto recurso indutor de inúmeras actividades com ele relacionadas, contribuindo para o desenvolvimento sustentado em termos ambientais, económicos e sociais”.

Sendo um sector estratégico para Portugal, é necessário inovar na forma de apresentar os produtos turísticos, apostando nas especificidades de cada região e mobilizando os conhecimentos disponíveis, combinando-os da forma mais eficaz (Oliveira, 2004).

Para que este sector tenha sucesso, foi desenvolvido o PENT, pelo Instituto de Turismo de Portugal, apostando em 5 eixos de intervenção: território, destinos e produtos; marcas e mercados; qualificação de recursos; distribuição e comercialização; e inovação e conhecimento.

O TURISMO NAS ZONAS COSTEIRAS PORTUGUESAS

O nosso país tem uma diversidade imensa de recursos turísticos. No entanto “o recurso turístico mais explorado em Portugal é indubitavelmente o sol e mar, proporcionado por um clima aprazível e uma faixa costeira extensa e diversificada” (Albuquerque & Godinho, 2001).

As zonas costeiras são áreas onde existe uma forte concentração de actividades e funções, relacionadas com a promoção do turismo. Estas actividades turísticas implicam e geram, muitas vezes, problemas aos ambientes naturais e culturais de uma região. A perda ou degradação destas características podem ter consequências drásticas no ambiente e economia das mesmas. Assim, a indústria turística não pode ignorar as características ambientais no seu planeamento, e por isso, só tem a lucrar no que diz respeito à implementação de práticas ambiental e economicamente sustentáveis.

O turismo é considerado como uma das actividades económicas de maior importância nas Zonas Costeiras. Para isto contribui o facto destas áreas possuírem condições naturais únicas, que permitem a prática de um turismo, ainda que maioritariamente sazonal, preferido pela maioria dos turistas. No entanto, esta actividade tem tido fortes impactos negativos nestas mesmas zonas.

Neste contexto, o turismo pode ser considerado tanto como valorizador como degradador dos recursos costeiros. As zonas costeiras são áreas de grande atractividade em termos de paisagem, pelo que se incluem no grupo de regiões mais procuradas para a prática de recreio e turismo. As áreas costeiras de Portugal são responsáveis pela vinda de cerca de 90% dos turistas que visitam Portugal (Plano Tecnológico, 2005). Esta grande procura tem vindo a aumentar os problemas ambientais destas regiões, pelo que é necessário impor restrições ao seu uso intensivo. Muitos dos destinos costeiros vêem a sua população aumentar em grande número durante a época estival, ultrapassando, a maior parte das vezes a sua capacidade de carga. Este aumento substancial da população leva também à degradação da qualidade ambiental e cultural, factores que são os principais atractivos para os visitantes.

Os turistas, hoje em dia, já não procuram apenas o turismo de sol e mar, mas também estão interessados em que estas áreas possuam outros critérios de qualidade, tanto a nível ambiental como a nível cultural. Deste modo, é essencial saber quais são as características específicas de cada zona costeira, bem como as potencialidades de cada área, de forma a poder atribuir novos produtos turísticos, de acordo com essas características sem nunca esquecer a sustentabilidade dos locais.

Portugal apresenta factores competitivos muito interessantes, uma vez que num espaço geográfico relativamente pequeno podem ser encontrados diversos recursos turísticos motivadores de procuras muito diferenciadas. No entanto, muitos destes recursos encontram-se subaproveitados ou mesmo esquecidos, o que determina que não lhes seja reconhecida importância pelos turistas que nos visitam. É, desta forma, necessário apostar na (re)qualificação destes recursos, valorizando-os e dotando as regiões de Portugal de infra-estruturas turísticas de qualidade, promovendo-as de forma a captar o interesse dos veraneantes. Como é referido no Plano Tecnológico apresentado pelo Governo Português *“é necessário implementar um modelo que potencie a*

competitividade do turismo português, nomeadamente através do aproveitamento da diversidade regional da oferta nacional, do esforço da inovação empresarial, do desenvolvimento da cooperação entre os sectores públicos e privados, da requalificação das zonas tradicionais e dos produtos mais conhecidos, por forma a potenciar sinergias e a garantir acções complementares”.

O TURISMO NA REGIÃO CENTRO – O CASO DO BAIXO VOUGA

O Centro de Portugal é uma região de fortes contrastes, evidenciada pela disparidade existente entre o Litoral e o Interior, tal como em todo o país. É uma região com fortes potencialidades turísticas, mas que muitas se encontram subaproveitadas.

Em termos de competitividade, é uma região que se encontra num patamar relativamente baixo, tendo em conta o desenvolvimento de outras regiões portuguesas e europeias.

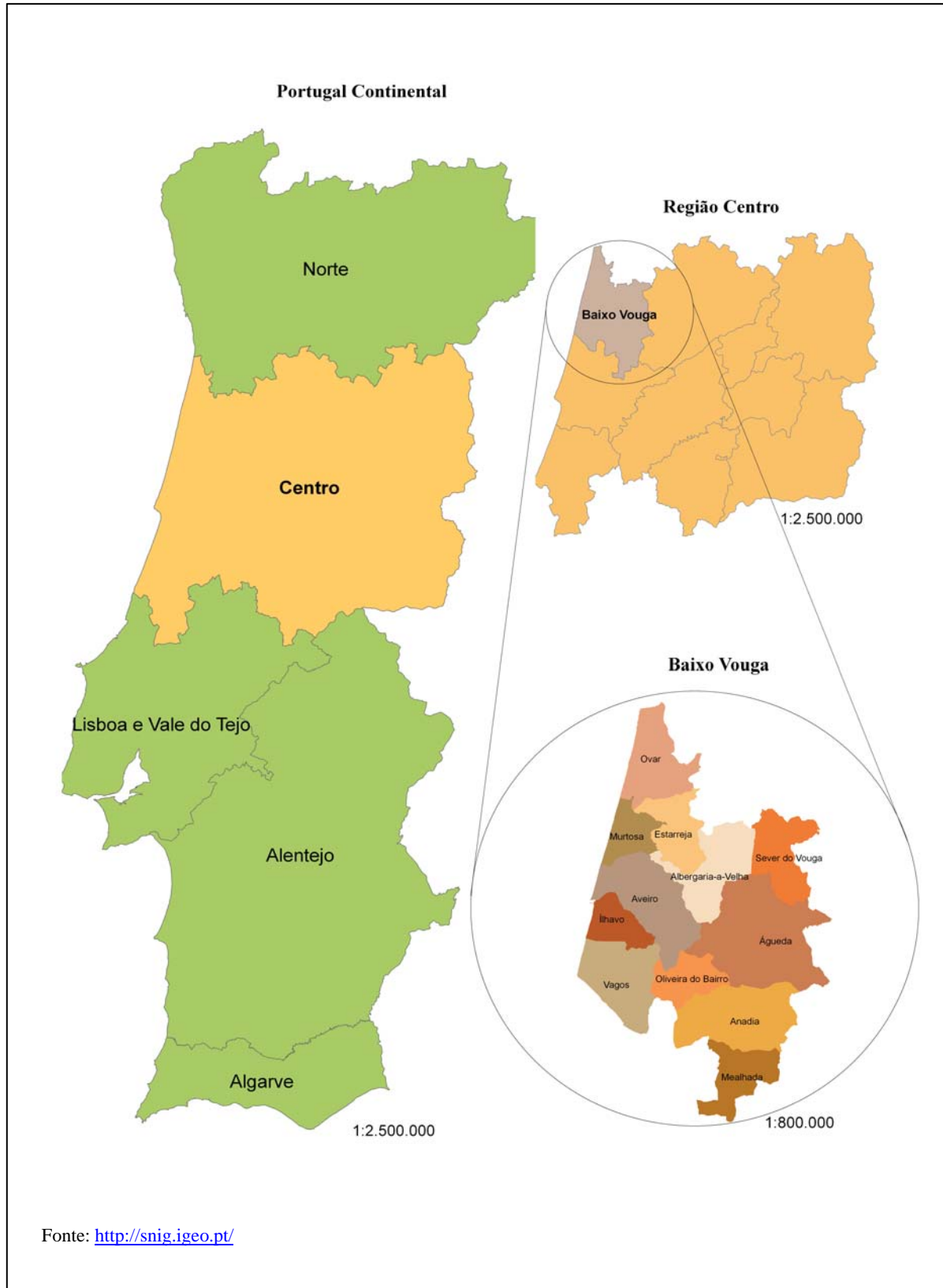
Apostando em formas de turismo sustentável de qualidade, é possível inverter esta situação e tornar a região Centro numa região inovadora e competitiva. Para tal é necessário aproveitar as singularidades territoriais, culturais e ambientais existentes, tornando-as em produtos turísticos de qualidade e apetecíveis para quem visita a região.

No que diz respeito à zona costeira da região Centro, é necessário implementar estratégias de gestão integrada, com o objectivo de *“considerar a interacção entre as actividades económicas e as exigências sociais e ambientais na utilização dos recursos naturais nas zonas costeiras, facilitando assim o processo de tomada de decisão na avaliação dos investimentos”* (CEMAT, 2000).

Neste contexto, iremos apresentar como caso de estudo o Baixo Vouga, uma sub-região estatística portuguesa que integra a região Centro Litoral. O Baixo Vouga é limitado a Norte pelas Sub-Regiões Grande Porto e Entre Douro e Vouga, a Leste pela Sub-Região Dão-Lafões, a Sul pela Sub-Região Baixo Mondego e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Numa área aproximada de 1804 km² apresenta, de acordo com os Censos de 2001, uma população de 385724 habitantes. É composto por 12 concelhos: Águeda, Albergaria-a-

Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

Figura 1 – Enquadramento da sub-região do Baixo Vouga



Fonte: <http://snig.igeo.pt/>

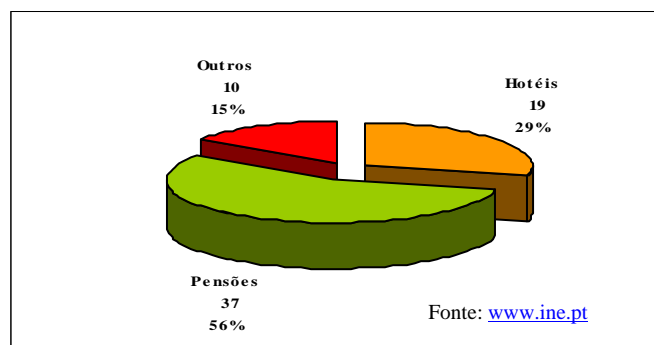
O interesse no desenvolvimento de estratégias de turismo sustentável no Baixo Vouga prende-se com a necessidade de valorizar esta região, uma vez que é muito rica em termos ambientais e sócio-culturais, o que a tornam numa área com fortes potencialidades turísticas. Além disso, ao desenvolver-se estratégias competitivas e inovadoras de turismo, permitirá que se aposte na sustentabilidade dos locais, sem esquecer a prioridade que deve ser dada à conservação e protecção dos recursos naturais.

Pretende-se com esta pequena análise, caracterizar o Baixo Vouga em termos turísticos. Para isso utilizar-se-à a informação recolhida pelo Instituto Nacional de Estatística, bem como material recolhido em trabalho de campo, e uma breve alusão ao início dos trabalhos de elaboração do Plano Estratégico de Turismo da Região da Rota da Luz, onde se inserem grande parte dos concelhos do Baixo Vouga. É necessário referir a pouca precisão e inadequação dos dados turísticos existentes, pelo que a análise será feita apenas através dos Anuários Estatísticos, entre 1996 e 2004. É ainda de referir que este artigo resulta dos primeiros trabalhos de doutoramento, pelo que ainda não houve tempo para a recolha de toda a informação necessária para caracterizar o sector turístico da região do Baixo Vouga.

Caracterização dos estabelecimentos hoteleiros, capacidade de alojamento, hóspedes e dormidas

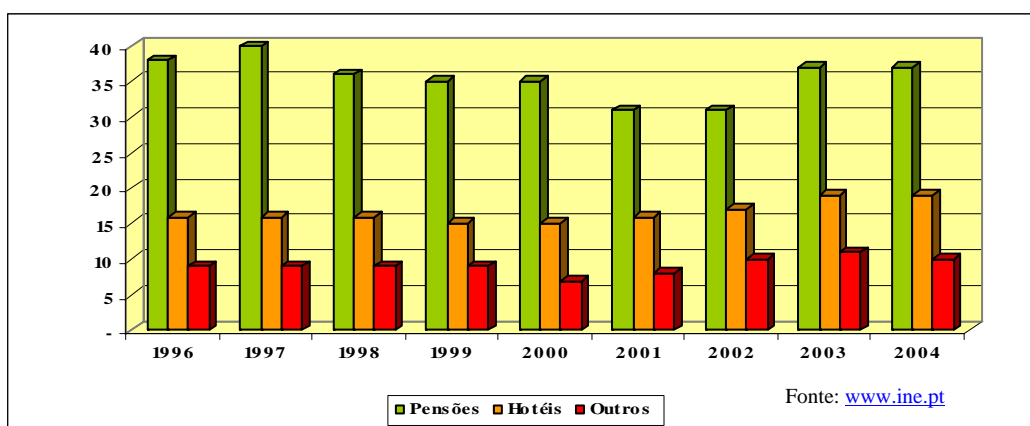
No que se refere ao número de estabelecimentos hoteleiros, considerados pela Direcção Geral do Turismo, a figura que se segue mostra que existiam, em 2004, 66 estabelecimento hoteleiros, dos quais 19 são hotéis, 37 pensões e 10 são classificados como “outros estabelecimentos”¹.

Figura 2 – Estabelecimentos Hoteleiros Baixo Vouga 2004



¹ O INE classifica como “Outros Estabelecimentos Hoteleiros” os hotéis-apartamentos, os apartamentos turísticos, os aldeamentos turísticos, os motéis, as pousadas e as estalagens.

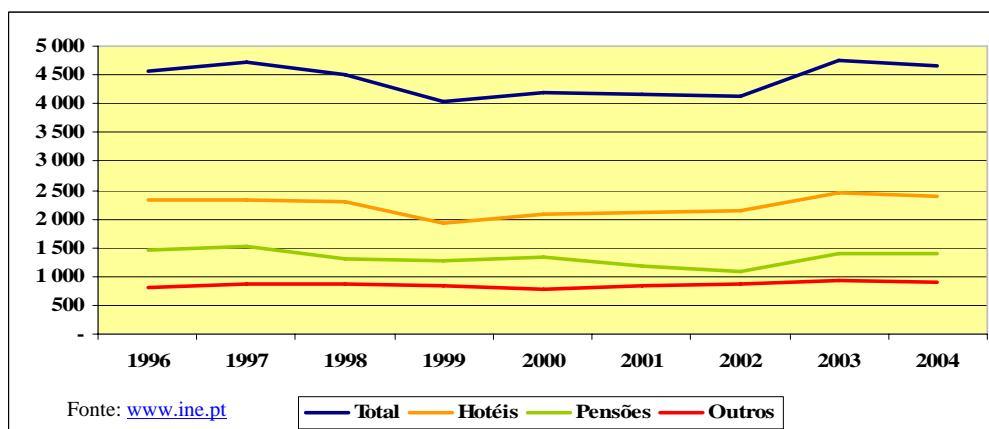
Figura3 – Evolução do número de estabelecimentos Hoteleiros, por tipo, no Baixo Vouga



Na figura 3 verifica-se a evolução do número de estabelecimentos hoteleiros no Baixo Vouga, entre 1996 e 2004. É possível verificar que em 1999 houve uma ligeira quebra no número de hotéis referenciados nos anuários estatísticos, seguida de uma quebra mais acentuada no número de pensões em 2001. No entanto, a partir de 2003 houve novamente um aumento que se manteve em 2004.

No que se refere à capacidade de alojamento, o Baixo Vouga possuía uma capacidade de 4673 camas, em 2004, segundo os dados do INE. Verificou-se uma quebra significativa em 1999, sentida devido à quebra nos hotéis na mesma altura. Apesar da quebra no número de pensões em 2001, verifica-se que a capacidade de alojamento da região apenas diminuiu em 32 camas, uma vez que foi compensada com o aumento de camas nos hotéis. Entre 2002 e 2003 verificou-se um aumento relativamente significativo, que foi sentido tanto nos hotéis, como nas pensões.

Figura 4 – Capacidade de alojamento no Baixo Vouga



Através desta análise dos estabelecimentos e capacidade de alojamento da região do Baixo Vouga podemos constatar que esta possui apenas 16,6% do total de estabelecimentos da Região Centro. Já no que se refere ao conjunto de estabelecimentos de Portugal, esta percentagem baixa para 3,4%. Quanto à capacidade de alojamento, esta representa cerca de 13,6% da capacidade da região Centro e 1,8% da capacidade de Portugal. Este é um dado a reter, uma vez que para se apostar no sector turístico, também a oferta em termos de alojamentos considerados pela Direcção Geral do Turismo (DGT) deverá ser mais forte.

É evidente que esta análise sintética apenas considera as estatísticas disponíveis. No entanto, é sabido que estes valores não são os valores reais, uma vez que existe o designado “alojamento paralelo” e ainda um conjunto de alojamentos não classificados pela DGT, que, especialmente na época balnear faz aumentar a capacidade de alojamento das áreas costeiras, muitas vezes para o dobro. Além disso, também não estão contabilizados nestes dados os valores de ocupação sazonal das habitações de segunda residência, o que torna ainda mais difícil contabilizar o número real de estabelecimentos que são usados para a prática do turismo e lazer.

Ao fazer a análise da distribuição dos estabelecimentos hoteleiros e da capacidade de alojamento pelos diferentes concelhos do Baixo Vouga, verifica-se que Aveiro, Anadia e Mealhada são as que possuem maior quantidade de estabelecimentos e maior capacidade de alojamento.

Figura 5 – Distribuição dos Estabelecimentos Hoteleiros, por concelhos, 2004

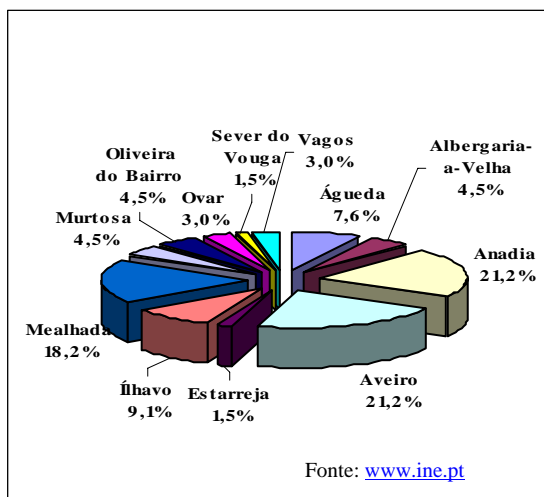
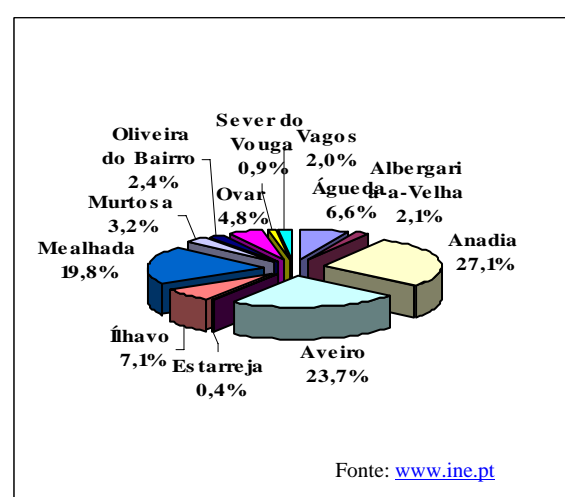


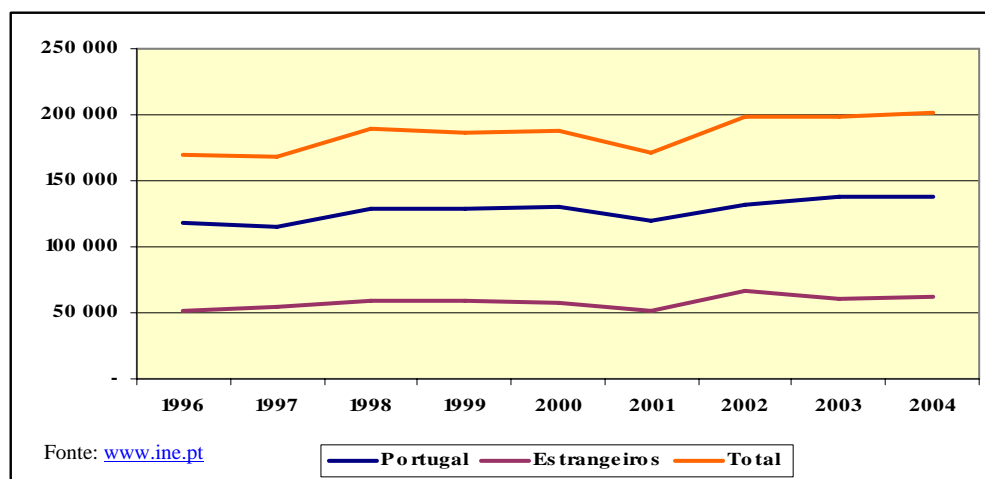
Figura 6 – Capacidade de Alojamento, por concelhos, 2004



As razões para esta concentração de estabelecimentos nestes três concelhos são óbvias. A cidade de Aveiro é a capital de distrito e a cidade mais importante desta região, servindo quase com sua “sede”. Desta forma não é de estranhar a percentagem de estabelecimentos nesta cidade, ainda mais que se encontra perto da costa e possui uma beleza única devido à “Ria de Aveiro” que a atravessa, proporcionando aos turistas passeios pelos seus canais... Anadia e Mealhada encontram-se ligadas ao turismo termal, e como tal a maior parte dos seus estabelecimento hoteleiros estão associados às termas. Em Anadia temos as termas de Cúria e Vale da Mó, e na Mealhada as termas do Luso. Além disso são concelhos que também apresentam características naturais únicas e recursos turísticos que podem ser explorados.

Pela análise dos dados referentes à entrada de hóspedes nos estabelecimentos turísticos, verifica-se um aumento entre 1997 e 1998, seguida de uma estagnação até 2000, tendo depois sofrido uma diminuição ligeira em 2001. Em 2002, este valor voltou a aumentar significativamente, sendo que desde 2002 e até 2004 este aumento tem sido muito ligeiro.

Figura7 – Entrada de Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros



Ao fazer-se uma análise do local de proveniência dos hóspedes, verifica-se que a maior parte vem de Portugal, com cerca de 75% das entradas, sendo seguidos pelos espanhóis, com 12% e franceses com apenas 4%.

Figura 8 – Hóspedes, por país de proveniência, 2004

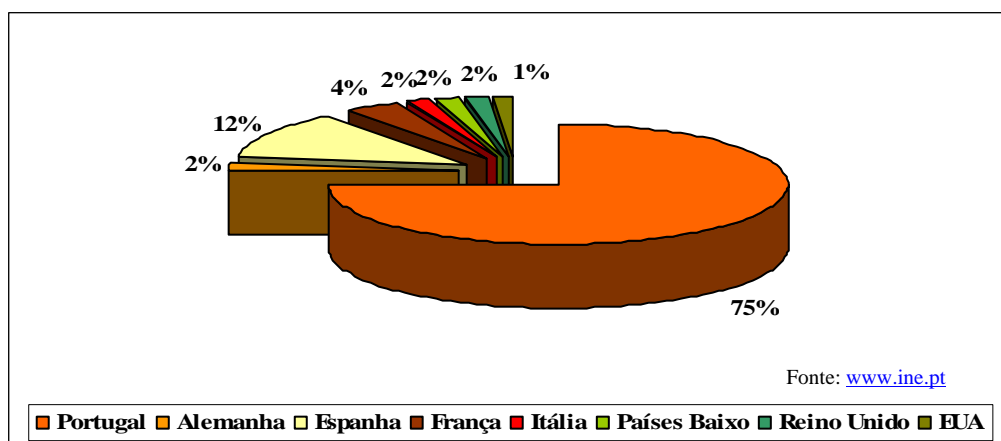
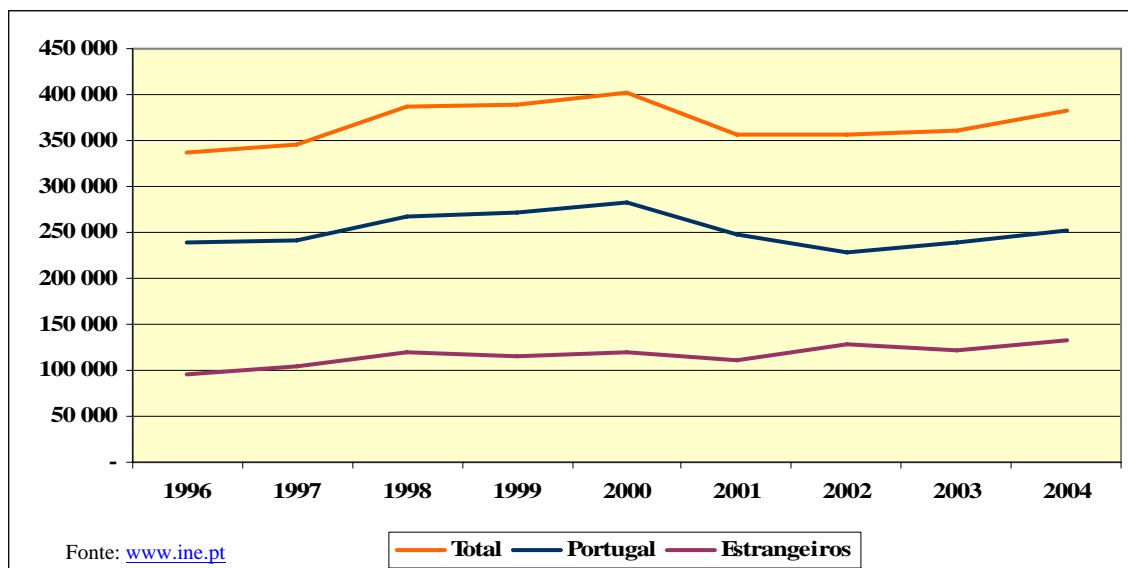


Figura 9 – Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros



A variação das dormidas entre 1996 e 2004 indica-nos que, houve aumentos até ao ano de 2000, sendo que em 2001 notou-se uma diminuição relativamente acentuada e que só a partir de 2003 se verificou novamente um aumento. Numa análise às dormidas de turistas nacionais e estrangeiros, podemos constatar que a diminuição sentida a partir do ano de 2001 foi provocada essencialmente pela diminuição de dormidas de turistas nacionais. Em 2002 houve mesmo um aumento nas dormidas de turistas estrangeiros.

Como já referimos anteriormente, estes são apenas os valores publicados pelo INE e que não evidenciam a realidade que se sente relativamente ao número de visitantes que procuram esta região.

Esta breve análise estatística dos estabelecimentos hoteleiros, capacidade de alojamento, hóspedes e dormidas permite-nos constatar que a região do Baixo Vouga tem uma procura significativa em termos turísticos, muito devido às características paisagísticas das suas praias, mas também devido ao enquadramento natural e cultural, bem como uma forte ligação ao turismo termal. Contribuem para esta procura turística elementos naturais como a Laguna de Aveiro e as praias no Litoral, e os recursos naturais e as termas, mais no interior da região.

Apesar destas condições, o sector turístico do Baixo Vouga ainda não se encontra tão diversificado como se poderia querer ou prever, sendo, por isso, um turismo ainda muito sazonal e que depende essencialmente do turismo balnear.

É por este motivo urgente a aplicação de estratégias inovadoras e competitivas que permitam um desenvolvimento sustentável do sector do turismo, tirando partido das especificidades da região.

As especificidades da região do Baixo Vouga

O Baixo Vouga é uma região que apresenta variadíssimos recursos naturais e sócio-culturais. É uma região muito diversificada, uma vez que apresenta “uma simbiose perfeita entre o litoral e a montanha” (<http://www.rotadaluz.pt/index.php?ID=5>).

Esta simbiose resulta em especificidades únicas que podem e devem ser aproveitadas para potenciar o sector do turismo na região, apostando na sustentabilidade e tornando-o competitivo com outras regiões do país.

A região de turismo da Rota da Luz, à qual a maior parte dos concelhos do Baixo Vouga fazem parte, encontra-se a elaborar o Plano Estratégico do Turismo da Rota da Luz. Este Plano está a ser elaborado conjuntamente com o Grupo de Investigação em Turismo da Universidade de Aveiro, que se encontra de momento a finalizar a matriz dos recursos turísticos da região da Rota da Luz. Ainda não é possível quantificar ao certo estes recursos, uma vez que alguns dele ainda não se encontram validados. No entanto, foram já introduzidos cerca de 10000 recursos nessa matriz.

Relativamente ao Baixo Vouga, a riqueza de recursos passa em primeiro lugar pela existência da designada “Ria de Aveiro” que reflecte um efeito regulador à paisagem envolvente. São inúmeros os afluentes que desaguam no rio Vouga e que possuem também características únicas, tais como praias fluviais (cerca de 19) que se encontram um pouco por toda a região do Baixo Vouga.

Figura 10 – Aspectos da Ria de Aveiro



Figura 11 – Praia Fluvial no Baixo Vouga



Fonte: <http://www.rotadaluz.pt/>

Além da “Ria” e de todos os seus afluentes, salientam-se as praias que se estendem desde Ovar até Vagos. Estas são, sem dúvida, as áreas de maior afluência turística, que essencialmente no Verão se apresentam atulhadas de visitantes que procuram o produto sol/mar para os seus tempos de lazer. Nestas áreas, são também vários e extensos os pinhais litorais e ainda as áreas de protecção da natureza, com interesse a nível municipal, regional, nacional ou mesmo internacional. É o caso da Reserva das Dunas de S. Jacinto, que integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas do Instituto de Conservação da Natureza.

Figura 12 – Praia da Barra – Ílhavo



Fonte: <http://www.av.it.pt/aveirocidade/pt/max/aveiro5.htm>

Figura 13 – Dunas de S. Jacinto



Fonte: <http://www.rotadaluz.pt/>

Mais para o interior do Baixo Vouga, e além das já referidas praias fluviais, encontram-se factores de destaque como as termas do Luso e a serra do Buçaco, no concelho da Mealhada, e as termas da Cúria e do Vale da Mó, em Anadia.

Figura 13 – Palace Hotel do Bussaco



Figura 14 – Buvete da Curia



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=285034>

Estes são apenas alguns dos recursos existentes na região. Como já foi referido, a Rota da Luz encontra-se a elaborar a matriz de recursos da região, que será apresentada no Plano Estratégico do Turismo da Rota da Luz.

UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO BAIXO VOUGA BASEADA NOS RECURSOS NATURAIS LOCAIS E NUMA PERSPECTIVA DE FORTE VOCAÇÃO AMBIENTAL

Apesar da existência de variadíssimos recursos no Baixo Vouga, verifica-se que esta região necessita de um forte impulso, uma vez que estes recursos não estão a ser aproveitados da melhor forma. É visível nesta região, e como se passa em quase todo o nosso país, que há uma forte sazonalidade do turismo, uma vez que são os recursos costeiros, e em especial, a praia e o mar, que cativam mais visitantes. Este factor prende-se, muitas vezes com a falta de conhecimento em relação a outros recursos, também litorais, mas que não se encontram “transformados” em produtos turísticos. É importante valorizar os recursos em termos turísticos, sem esquecer a sua importância para a sustentabilidade, e ainda apostar em estratégias que permitam a quebra da forte sazonalidade que se sente no turismo da região.

Os recursos naturais locais constituem uma excelente oportunidade para os municípios e para as regiões porque podem ajudar a definir e a sustentar estratégias de desenvolvimento turístico mais competitivas e associadas ao quadro de recursos naturais disponíveis. Estes recursos devem se potenciados numa lógica de rede, constituindo na sua globalidade "novos produtos turísticos" com dimensão e com escala, capazes de cativar lógicas de investimento e capazes de gerar capacidades de atracção a novos visitantes.

Como já foi referido, o Baixo Vouga, e mesmo toda a região Centro Litoral, apresentam um quadro de recursos naturais que tem tanto de diversificado quanto de excelência, e nos permite pensar que, se a este quadro de oportunidades for possível acrescentar capacidade de inovar, será possível a construção de um modelo de desenvolvimento económico regional mais sustentado e mais competitivo, numa estreita relação com o equilíbrio ambiental desejado.

Esta visão integra-se e enquadra-se perfeitamente nas actuais preocupações de *Sustentabilidade e Competitividade* que marcam o actual debate em torno do desenho das estratégias e das políticas para o desenvolvimento, uma vez que estes dois vectores têm vindo a assumir um papel de relevo, tanto no contexto nacional como mesmo internacional.

O desafio que se coloca à região do Baixo Vouga é desenvolver uma estratégia de turismo sustentável, muito baseada nos recursos naturais locais e com uma perspectiva ambiental de base muito forte onde a Ria possa assumir um papel central de interligação entre as várias actividades.

Embora não se possa considerar recente o conceito de sustentabilidade, uma vez que o maior impulso foi dado já em 1992, na Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, a sua ideia-chave pode hoje resumir-se à preocupação óbvia com os equilíbrios: tirar partido do quadro de recursos locais valorizando-os e promovendo dinâmicas económicas sustentadas e respeitadoras dos necessários equilíbrios com o Ambiente.

As questões da Competitividade e Inovação estão também hoje no centro do debate. Capacidade de fazer diferente e de apresentar vantagens competitivas relativamente aos

outros assumem-se cada vez mais como ideias chave de processos de desenvolvimento local. É sugerido pela Comissão Europeia que *“a chave para o desenvolvimento sustentável das regiões rurais reside no desenvolvimento de uma perspectiva independente e a descoberta do potencial endógeno”* (European Commission, 1999).

Além disso, cada vez há uma maior preocupação com a qualidade de vida e uma valorização dos tempos livres, saúde, segurança e desenvolvimento pessoal (Dinis, 2004). Isto implica necessariamente uma maior apetência para a exploração de novos territórios e dos seus recursos.

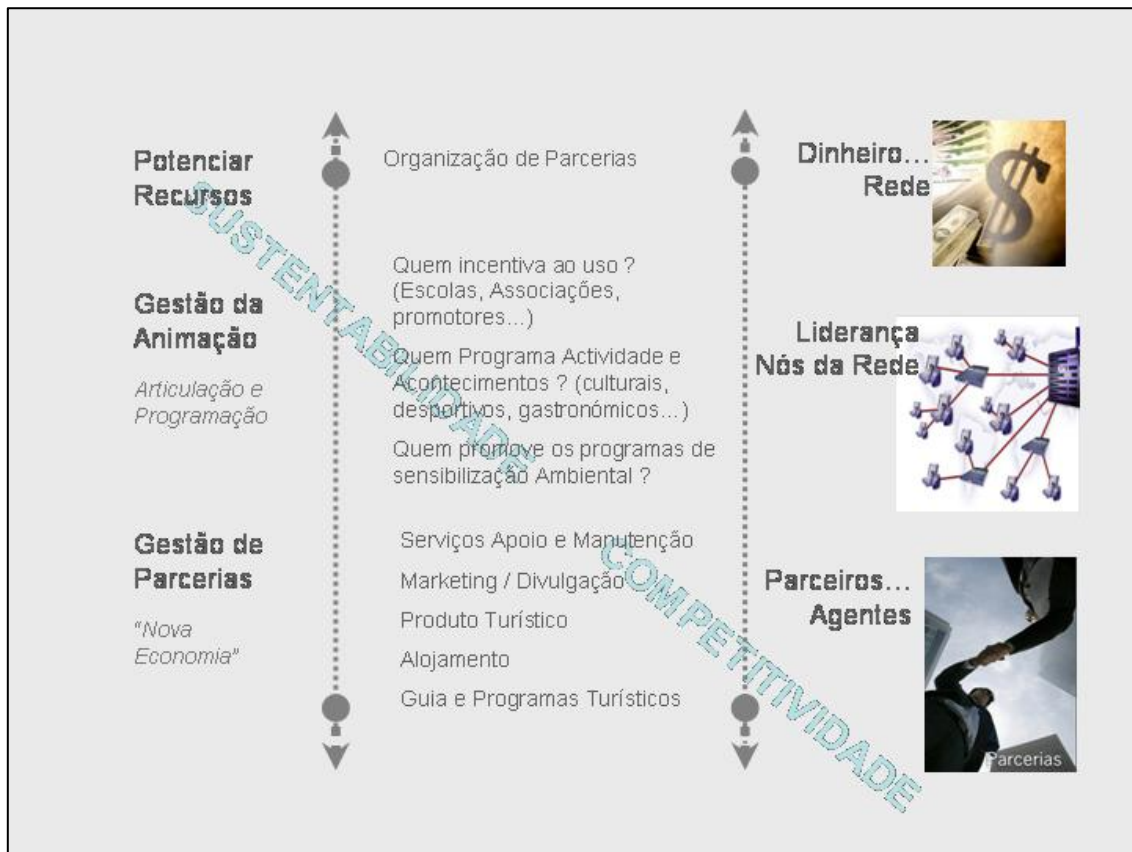
Estes aspectos sugerem aos municípios e às regiões uma atenta preocupação e posicionamento para as questões do Marketing Territorial, e às quais se pode e deve associar a ideia do desenvolvimento de um turismo sustentável, apostando para tal na inovação e competitividade.

As Ideias-chave para um Programa de Turismo para o Baixo Vouga

De acordo com as preocupações da sustentabilidade, competitividade e inovação, o sector do turismo deverá apostar nas especificidades das regiões, aproveitando os recursos endógenos e criando produtos atractivos aos investidores e consumidores.

O Baixo Vouga tem um potencial endógeno capaz de atrair estes investidores e consumidores. Como tal, a região necessita da criação de um projecto mobilizador da dinâmica local e regional, de forma a ganhar dimensão crítica e capaz de atrair e tornar-se competitiva relativamente a outras regiões turísticas. O Baixo Vouga deve afirmar o que o diferencia, através da criação de projectos em rede, potenciando assim os seus recursos e criando parcerias entre os municípios, sem esquecer a gestão da animação do sector turístico.

Figura 15 – Esquema de uma Rede de Turismo Sustentável para o Baixo Vouga



A criação de uma rede, com parcerias entre os vários municípios pode ser um dos primeiros pilares para suportar a aposta num turismo responsável, ambiental e culturalmente sensível. Costumes e Tradições, formas de vida, história e identidade, gastronomia, paisagem e valores naturais do território podem e devem ser comercialmente potenciados.

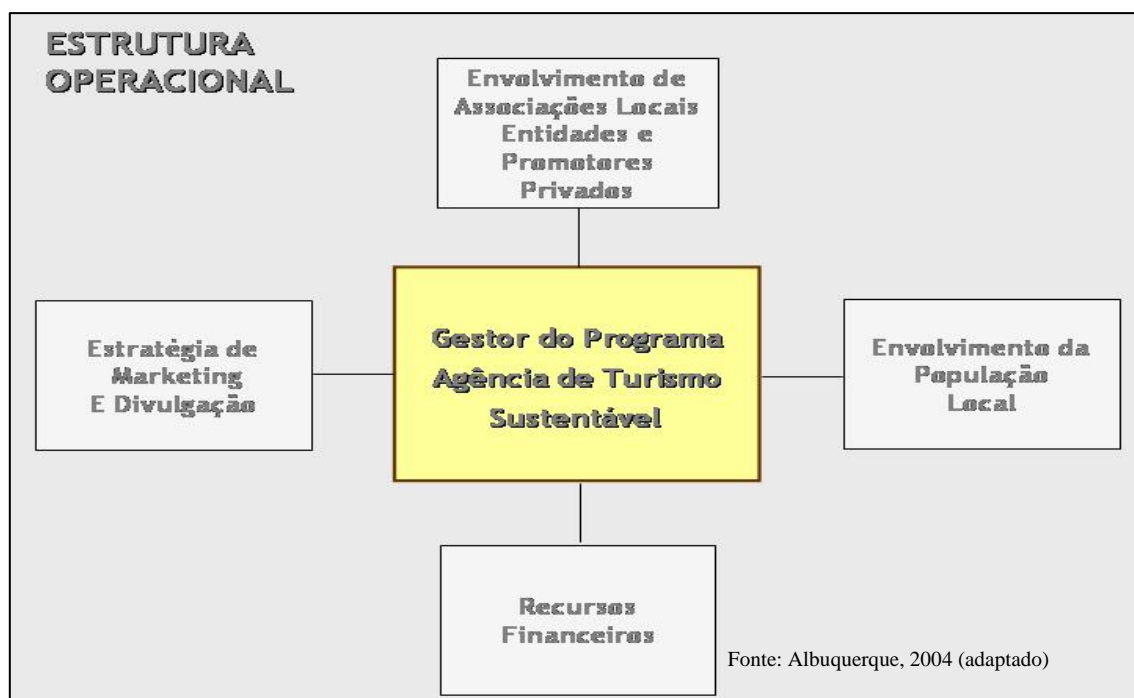
Com os Recursos naturais disponíveis que a Rede Natura, a REN e todo o Sistema Lagunar evidenciam, as oportunidades de pensar diferente e tornar a região do Baixo Vouga competitiva nacional e internacionalmente são muitas. É por isso urgente olhar para o território e inovar na aposta, iniciando-se pela programação das ideias e criação de redes entre os municípios. É necessário perspectivar o desenvolvimento endógeno da região, uma vez que a exploração racional e sustentável dos recursos locais é de crucial importância, os resultados da exploração económica dos recursos devem permanecer no território, os agentes económicos devem ter uma natureza endógena e o desenvolvimento regional deve passar pela capacidade de uma região gerar internamente novos projectos empresariais e criar condições de transformação das suas próprias estruturas produtivas (Dinis e Gerry, 2002 in Dinis, 2004).

Desta forma, a estratégia de desenvolvimento sustentável do turismo do Baixo Vouga deve integrar-se num conceito de rede que garanta a formação de um novo produto. Tem por isso de integrar um programa que se assuma como coerente, estruturado e atractivo. Para isso deve apresentar-se perceptível na sua globalidade, e mais importante ainda, é necessário que garanta durante todo o ano uma programação de actividades e de acontecimentos capazes de gerar atracção e interesse.

É evidente que será o Poder Local o mais adequado e eficaz para liderar projectos e programas, essencialmente numa primeira fase de arranque que será, sem dúvida, a fase determinante. Caberá às Autarquias a capacidade de encontrar e mobilizar parcerias junto das instituições e associações locais e mesmo de possíveis parceiros privados. Para tal é necessário desenvolver-se uma estrutura operacional onde seja possível o encontro dos vários parceiros envolvidos e que garanta a programação das diversas actividades e a sua divulgação.

Como exemplo do que pode ser esta estrutura operacional, reportamo-nos à já apresentada na dissertação de mestrado sobre turismo sustentável nas zonas costeiras para o concelho de Mira (Albuquerque, 2004). Esta é uma estrutura geral e que pode ser aplicada em qualquer região que aposte em estratégias inovadoras de turismo.

Figura 16 – Estrutura Operacional do Programa de Turismo Sustentável



Esta estrutura deve ter:

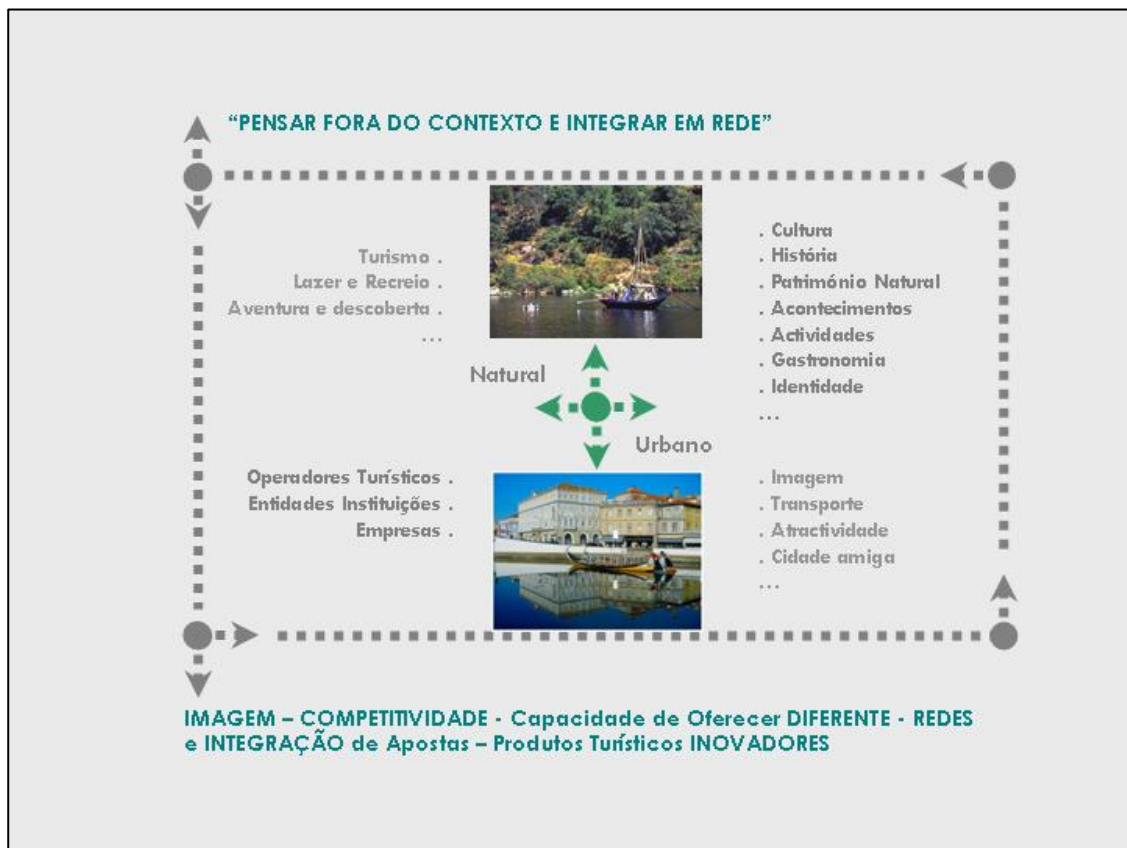
- Um gestor do programa
 - Agência de Turismo Sustentável, composto pela Câmara Municipal, CCDRC e outros organismos ligados com o ambiente, Associações locais, privados...
- Meios financeiros – provenientes do município, administração central e regional (POA), investimentos privados (capacidade de aliar à visão empresarial os princípios da sustentabilidade)
- Envolvimentos dos empresários – muitas das acções podem e devem ser coordenadas ou mesmo concessionadas a promotores privados.
- Envolvimento da população – acções de divulgação e debate do programa
- Envolvimento de associações, entidades e promotores privados – promoção do desenvolvimento sustentável no concelho e colaboração entre entidades e associações que realizam acções neste âmbito
- Estratégia de marketing e divulgação – de modo a afirmar a nova oferta turística num mercado que se encontra muito vocacionado para o turismo de sol e praia, e uma oferta ao visitante de uma mais valia educacional e de conhecimento das realidades ambiental locais.

Se tudo isto fosse possível de ser integrado numa gestão por uma única entidade capaz de formar produtos, garantir a programação e o funcionamento sistemático, capaz de promover uma estratégia de marketing territorial agressiva... é evidente que era possível captar novos mercados, novos turistas durante todo o ano, que motivassem permanências no território e que iriam gerar necessidades de unidades de alojamento e outros equipamentos turísticos e dinamizar todo o tecido económico local... e é aqui que a região do Baixo Vouga pode ser inovadora, apostando em formas de turismo não tradicionais e valorizando os recursos endógenos que possui.

Construir Redes implica muito mais do que a execução de qualquer infra-estrutura. Implica ter uma visão global do desenvolvimento, envolvendo agentes e integrando actividades e acontecimentos na formação de um novo produto turístico, com dimensão local e integrado numa Rede Regional. Os parceiros institucionais e da área do turismo são indispensáveis, como o são os movimentos associativos locais. Estes parceiros

devem assumir um papel e um compromisso na dinamização e animação da região. O objectivo global deverá ser sempre a criação de um “novo produto”, atractivo e inovador, capaz de reforçar a Imagem e a Identidade da região e capaz de constituir um factor de atracção de novos visitantes e de novos investimentos, como se exemplifica na figura que se segue.

Figura 17 – Pensar fora do contexto e integrar em rede



No entanto, sem infra-estruturas apropriadas, esta programação não faz sentido. Como tal, é necessário apostar na construção ou requalificação de já existentes infra-estruturas turísticas que permitam aos turistas realizar actividades de lazer atractivas.

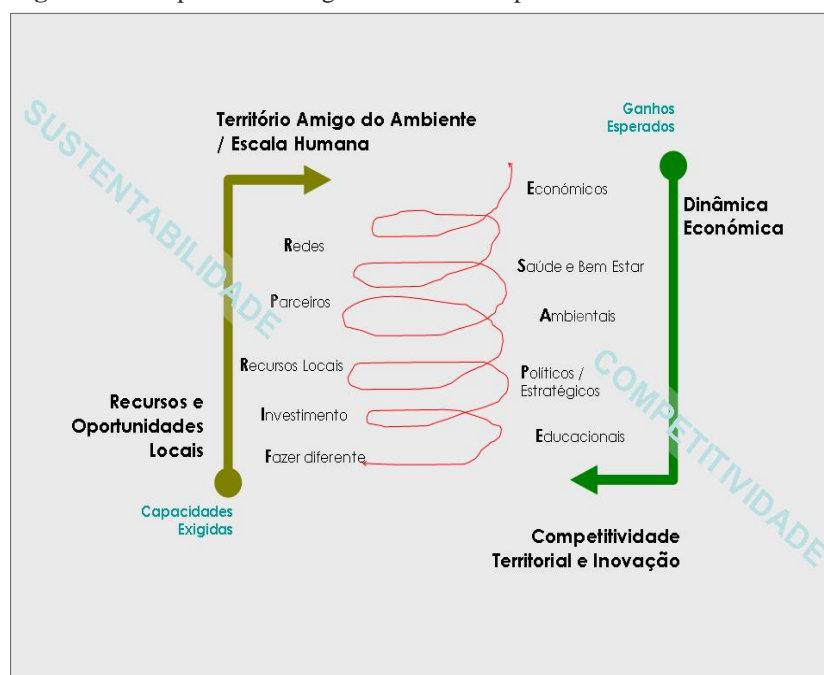
As Infra-estruturas físicas (percursos, ciclovias, vias de interesse paisagístico, rotas...) podem constituir a base física que permite partir para a descoberta de um território e ficar alojado uns dias nele. Esta é a base que pode sustentar a aposta. Seja nos aspectos biofísicos, histórico-culturais, etnográficos ou patrimoniais. Ligar em rede um conjunto de acontecimentos e de actividades que assuma dimensão e coerência, capaz de gerar atracção é o desafio; ao qual é exigido o planeamento e a articulação com a rede de alojamento de suporte.

Esta estratégia aposta assim nos recursos naturais, tradições e heranças culturais como oportunidades para o desenvolvimento sustentável do turismo e alternativas às formas tradicionais de oferta e procura de turismo.

A criação de percursos permite um contacto e um conhecimento dos ecossistemas locais mais aprofundado, percebendo como surgiram, como evoluíram e que fauna e flora deles depende. Acções e actividades de sensibilização ambiental com uma perspectiva lúdica, placares informativos e pontos de observação e de informação são essenciais à animação destas áreas. As novas tecnologias disponíveis deixam-nos aqui um campo extremamente aliciante para explorar.

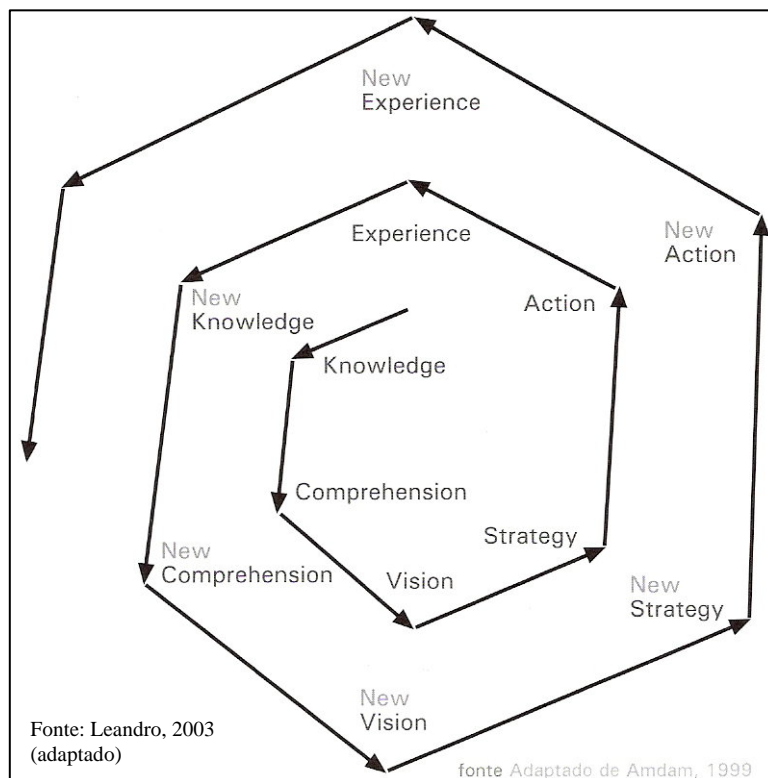
Com esta dinamização são também fortes os ganhos económicos para a região. O nicho de mercado do turismo de natureza ou com uma forte perspectiva ambiental pode e deve ser potenciado. Estabelecer rotas e mais importante que isso, definir a sua animação permanente integrando programas culturais, gastronómicos, de lazer pode ser um desafios interessante para operadores turísticos locais. É, no entanto, fundamental realizar acções de promoção territorial, com o objectivo de influenciar positivamente a percepção dos territórios, quer entre a população (para valorizarem o que é seu), quer para o exterior, para conseguirem a integração do seu produto nos mercados globais (Dinis, 2004). Ou seja, é necessário uma forte aposta em marketing territorial.

Figura 18 – Capacidades exigidas e Ganhos esperados



É preciso, portanto, inovar na forma de pensar o desenvolvimento do território, criando novas dinâmicas e oportunidades. Estas novas dinâmicas e oportunidades podem ser vistas como um “planeamento contínuo” do território proposto por Amdam (1999) e citado por Leandro (2003). Amdam refere que o processo de desenvolvimento deve ser visto com uma espiral que vai aumentando o seu raio, onde existe um início relativamente bem definido, mas em que o fim é deixado em aberto (Leandro, 2003).

Figura 19 – Planeamento como acção sem limite temporal



O mesmo se passa numa estratégia de desenvolvimento sustentável do turismo. Deve definir-se um princípio, através de uma estratégia, de uma visão daquilo que se pretende atingir, mas deve deixar-se o seu fim em aberto, de forma a dar continuidade ao processo de desenvolvimento e “*criar no território as condições adequadas à catalização dos recursos endógenos humanos, institucionais e materiais*” (Leandro, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir Redes com dimensão relevante pode ser uma aposta interessante e atractiva para o processo de desenvolvimento de uma região ou de um município se:

- Constituir uma rede de acontecimentos e de actividades atractiva e disponível a “tempo inteiro”
- Estiver articulada com a uma dinâmica de oferta turística capaz de garantir outros interesses e condições de alojamento atractivas
- Envolver um sistema de marketing e de captação de visitantes
- Dinamizar o tecido económico local ou regional
- Permitir divulgar um conhecimento da história, da cultura e do próprio sítio, dos seus valores naturais e ambientais
- Contribuir para a animação e vivência urbana dos lugares oferecendo condições de mobilidade atractivas e amigáveis
- Contribuir para a afirmação da imagem e da identidade dos lugares

O Baixo Vouga e mesmo a região Centro Litoral, apresentam um quadro de recursos naturais de excelência. Basta recordarmos todo o ecossistema da ria de Aveiro, faixa costeira, a floresta litoral e interior ou as antigas linhas de caminho de ferro associado a importantes rios nacionais.

O Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) e o Programa Operacional da Região Centro conferem atenção ao sector do turismo. E aqui o Baixo Vouga deve assumir uma liderança que marque um certo impulso inovador e competitivo. Necessita, no entanto, vencer as normais inércias institucionais e fazer com que as coisas aconteçam. Num período em que se discutem os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) e os Planos Estratégicos para cada uma das NUT's importa ter esta capacidade de interacção institucional, de forma a cimentar uma aposta que julgamos estratégica para a região e porque não, para o País.

O que é então necessário?

Em primeiro lugar, é necessário ter capacidade de vencer a inércia institucional e criar uma rede ligada ao turismo entre os vários municípios do Baixo Vouga. Para tal é necessário envolver, desde o início do processo, agentes, promotores e associações de

forma a desenvolver a estratégia de turismo sustentável. No entanto, para que esta estratégia possa dar resultados, é imprescindível encontrar meios financeiros capazes de garantir a execução da estratégia. E neste sentido, pode olhar-se para o Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013 (QREN), uma vez que este programa aposta na inovação e competitividade das regiões. Por fim, é necessário acreditar que se pode fazer diferente. Para tal é necessário agir, criando as condições para que o sector do turismo e todas as entidades, empresas, etc., possam tirar o melhor partido deste projecto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, H. (2004) – *Uma Estratégia de Turismo Sustentável para Mira*, Câmara Municipal de Mira

Albuquerque, M. L., Godinho, C. (2001) – *Turismo, Diagnóstico Prospectivo*, DT 35, GEPE – Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, ISBN 972-8170-69-6, pp. 46

European Commission (1999) – *ESDP – European Spatial Development Perspective: Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union*

CEMAT (2000) – *Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu*, Conferência Europeia de Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território, Hannover

Coelho, C. et. al. (1991) – *Aproveitamento Turístico em Áreas Costeiras*, in Actas do 2º Simpósio sobre Protecção e Revalorização da Faixa Costeira do Minho ao Liz, FEUP, CCRN, CCRC, IHRH, Porto

Dinis, A. (2004) – *Marketing Territorial: Um instrumento necessário para a competitividade das regiões rurais e periféricas*, in Texto para Discussão – N° M – 02/2004, Departamento de Gestão e Economia, Universidade da Beira Interior

Farrel, G. e Thirion, S. (2001) – *A Competitividade dos Territórios Rurais à Escala Global – Conceber uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da experiência LEADER*, in Inovação em Meio Rural, Caderno N.º 6 – Fascículo 5, Observatório Europeu LEADER

Leandro, A. (2003) – *Sobre a Condução do Processo de Planeamento Estratégico*, in Planeamento – Revista de Urbanismo e Ordenamento do Território, APPLA, Aveiro

Ministério da Economia e da Inovação (2006) – *Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015*, Bolsa de Turismo de Lisboa

Oliveira, R. (2004) – *Inovação e Competitividade do Território e das Comunidades: Atractividade e Competitividade, que determinantes regionais*, Dissertação de Mestrado, Aveiro

OMT (2003) – *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*, Organização Mundial do Turismo, Porto Alegre

QREN (2007) – *Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013*

UCPT (2005) – *Plano Tecnológico*, Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico, XVII Governo Constitucional

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de Abril, Diário da República, 1ª série, n.º 67, de 4 de Abril de 2007

<http://www.av.it.pt/aveirocidade/pt/max/aveiro5.htm>

<http://www.ine.pt> – Anuários Estatísticos de 1996 a 2004

<http://www.rotadaluz.pt/>

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=285034>